

Cadernos de Finanças Solidárias

# Finanças Solidárias



Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão  
em Economia Solidária da Universidade de São Paulo  
(NACE/NESOL-USP)

# Ficha técnica

Universidade de São Paulo

Pró-reitoria de Cultura e Extensão

Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária (NACE/NESOL)

**Coordenador acadêmico:** Prof. Dr. Augusto Câmara Neiva

**Preparação de textos:** Denizart Fazio e Juliana Braz

**Revisão:** Janaína Mello

**Imagens:** Acervo do Centro de Estudos e Assessorias, Acervo da Cresol, Acervo do Nesol-USP.

**Ilustração da Capa:** Yuri Garfunkel

**Projeto gráfico e diagramação:** Cassimano

**Equipe do projeto (colaboradores):** Denizart Fazio, Juliana Braz, Silvia Soares de Camargo.

**Tiragem:** 3000 exemplares



---

## Ficha catalográfica

Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP

Finanças Solidárias (Cadernos de Finanças Solidárias) / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP – São Paulo – NESOL-USP, 2015.

ISBN: 978-85-63348-03-6

1. Finanças Solidárias 2. Bancos comunitários de Desenvolvimento 3. Fundos Solidários 4. Cooperativas de Crédito Solidário

---

Este material faz parte da Meta 4, Etapa 4.1, do “Projeto Nacional de Finanças Solidárias – Apoio e Fomento às iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário”, patrocinado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE sob o convênio nº 791559/2013.



O conteúdo dessa publicação está sob a licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual  
**CC BY-NC-SA**

# Sumário

Apresentação	5
<hr/>	
<b>I. Economia Solidária e Finanças Solidárias</b>	<b>7</b>
1. A Economia Solidária.....	8
1.1 deFinição de economia Solidária.....	8
1.2 aspectos históricos.....	9
1.3 OrGanização.....	10
2. Os movimentos sociais e as Finanças Solidárias.....	13
2.1 Fundos Solidários.....	14
2.2 Cooperativismo de Crédito Solidário.....	16
2.3 CluBes de trocas.....	20
2.4 Bancos Comunitários de desenvolvimento.....	22
3. A complementariedade das experiências de Finanças Solidárias .....	25
3.1 Complementariedade das experiências .....	25
3.2 Finanças Solidárias e microcrédito.....	26
<hr/>	
<b>II. As experiências de Finanças Solidárias hoje</b>	<b>28</b>
1. Definindo as Finanças Solidárias .....	28
2. As experiências de Finanças Solidárias hoje .....	30
2.1 Bancos Comunitários de desenvolvimento.....	30
2.2 Cooperativas de Crédito Solidário.....	32
2.3 Fundos Solidários.....	35
2.4 Mapa das Finanças Solidárias no Brasil.....	38
<hr/>	
<b>III. As formas de organização das Finanças Solidárias</b>	<b>42</b>
1. Redes .....	42
1.1 rede Brasileira de Bancos Comunitários.....	42
1.2 Comitê Gestor de Fundos Solidários um trabalho em rede .....	43
1.3 Sistemas: a articulação do cooperativismo de crédito.....	44
2. Comitê Temático de Finanças Solidárias .....	46
2.1 Comitê temático de Crédito e Finanças Solidárias.....	47
3. Um processo em construção: por um Sistema de Finanças Solidárias ....	49
<hr/>	
Referências Bibliográficas.....	51

# Apresentação

A partir do “Projeto Nacional de Finanças Solidárias – Apoio e Fomento às iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário”, patrocinado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE sob o convênio nº 791559/2013, foi possível realizar um conjunto de materiais de subsídio e reflexão sobre o universo das finanças solidárias. O presente caderno faz parte de um conjunto de quatro publicações que, além de apresentar os atores das finanças solidárias, abordarão o Sistema Financeiro, o Intercâmbio Técnico como metodologia de construção de conhecimentos, compartilhamento e sistematização de experiências e um histórico sobre a política pública de Finanças Solidárias. Desse modo pretendemos abranger um amplo conjunto de temas que afetam as práticas de finanças solidárias, hoje espalhadas por todo o Brasil.

Este caderno de forma inédita apresenta os três atores das finanças solidárias no Brasil: os fundos solidários, os bancos comunitários de desenvolvimento e as cooperativas de crédito solidário, contando brevemente o histórico do surgimento das iniciativas e apresentando mapas de onde elas estão. Essas iniciativas foram georreferenciadas a partir dos dados fornecidos pelas entidades que aqui agradecemos publicamente: Confesol, Cresol Central, Cresol Sicoper, Banco Tupinambá, Banco Bem, Banco Palmas, Centro de Educação e Assessoria, Camp, Cáritas Brasileira, Fundação Grupo Esquel. Importante lembrar que os números apresentados aqui podem sofrer alterações, pois a cada dia novas iniciativas são inauguradas pelo Brasil.

Para abordarmos esse amplo leque de discussões que o assunto envolve dividimos o caderno em três partes. Na primeira, “Economia Solidária e Finanças Solidárias”, trazemos uma breve discussão sobre o que é Economia Solidária, alguns aspectos de seu percurso histórico e da sua forma de organização. Em seguida apresentamos ainda a vinculação das finanças solidárias aos movimentos sociais, expressos em quatro iniciativas primeiras: Fundos Solidários, Cooperativismo de crédito solidário, Clubes de trocas e Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Ao fim da primeira parte apresentamos discussões sobre a complementariedade das experiências de Finanças Solidárias.

Na segunda parte do caderno, “As experiências de Finanças Solidárias hoje”, entramos nas experiências propriamente ditas, apresentando um breve histórico e mostrando mapas, nacionais e regionais, de cada tipo de iniciativa, para termos uma dimensão de capilaridade das finanças solidárias no Brasil.

A terceira parte é dedicada às formas de organização das Finanças Solidárias, notadamente redes, que são apresentadas a partir de seu histórico de articulação: a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Comitê Gestor de Fundos Solidários e a articulação do cooperativismo de crédito em Sistemas. Pontuamos ainda a organização nacional da articulação dos três segmentos, falando sobre o Comitê Temático de Finanças Solidárias, do Conselho Nacional de Finanças Solidárias, e dos primeiros avanços do processo de discussão sobre um Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

Uma publicação dessa proporção é feita sob muitas mãos e por isso ela procurou abarcar as contribuições das entidades, atores e do movimento de economia solidária como um todo. De modo especial gostaríamos de agradecer aos membros do Comitê Temático de Finanças Solidárias que acolheram, discutiram e sugeriram elementos fundamentais que deveriam constar neste caderno. Se não conseguimos nomear todas as pessoas que contribuíram para a realização dessa cartilha, não podemos deixar de registrar as entidades que, por meio de seus representantes, auxiliaram direta ou indiretamente nessa construção: Centro de Educação e Assessoria, Fundação Grupo Esquel, Camp, Cáritas Brasileira, Confesol, Crehnor Central, Cresol Sicooper, Ascoob, Cresol Cental, Instituto Capital Social da Amazônia, Banco Estrutural, Banco Tupinambá, Banco Palmas, Banco Bem etc.

# I. Economia Solidária e Finanças Solidárias

7

Fazer uma pequena história das Finanças Solidárias e suas principais discussões é um grande desafio. Trata-se de um campo da Economia Solidária que possui segmentos diversos que se inserem em discussões amplas relacionadas ao desenvolvimento territorial, ao crédito, às políticas públicas e aos movimentos sociais. Nosso objetivo é apresentar aspectos históricos do desenvolvimento do que chamamos de Finanças Solidárias e uma fotografia do que são essas experiências hoje, mostrando suas principais questões, desafios e perspectivas. Para isso partiremos de algumas definições do que é a Economia Solidária, apresentando eventos que tornaram possível o desenvolvimento das Cooperativas de Crédito Solidário, dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e dos Fundos Solidários. Não poderíamos deixar de comentar, dentro dessa história, aspectos do microcrédito e de algumas políticas públicas que foram centrais para os segmentos. Desse modo, acreditamos que conseguiremos apontar semelhanças e intersecções, diferenças e afastamentos, que permitiram a construção do contexto de articulação das Finanças Solidárias em curso hoje, quando seus segmentos se aliam em ações comuns e apontam perspectivas da construção de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

# 1. A Economia Solidária

## 1.1. DEFINIÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Antes de falarmos particularmente das Finanças Solidárias é importante entendermos onde ela está inserida. Ela é uma parte daquilo que convencionamos chamar, a partir dos anos 1990, de Economia Solidária. Sendo um conceito político, está imerso em uma pluralidade de sentidos<sup>1</sup> que possui muitos modos de aproximação e entendimento. Podemos, por exemplo, entendê-lo como diz Iaskio (2007, p. 54), a partir de autores como Paul Singer, Marcos Arruda, Wautier, Motchane, Carleial, Laville, chegando a uma definição de que a Economia Solidária é “(...) toda forma de trabalho associado, de produção e/ou comercialização de bens e serviços com vistas à geração de trabalho e renda. Sua especificidade consiste na propriedade coletiva dos meios de produção, na associação livre e voluntária e na autogestão”.

Outro modo de definirmos a Economia Solidária, e que não é excludente com esse primeiro, é olhando as formulações dos próprios trabalhadores da Economia Solidária nas conferências nacionais<sup>2</sup> e plenárias nacionais do Movimento de Economia Solidária<sup>3</sup>, como podemos ver na I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006, p. 57):

*A economia solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital (...) A economia solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes dos empreendimentos (p. 57).*

---

<sup>1</sup> Sobre a temática das definições plurais de Economia Solidária veja o interessante artigo de Oliveira (2005) “Os diferentes significados histórico-políticos das concepções de Economia Social e Economia Solidária”.

<sup>2</sup> Até o momento foram realizadas quatro Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes), sendo a I Conaes (2006) aquela que formulou as definições básicas de Economia Solidária e Empreendimentos Econômicos Solidários.

<sup>3</sup> Até o momento ocorreram cinco Plenárias Nacionais. Mais informações em [www.fb.es.org.br](http://www.fb.es.org.br).

Essas definições contrapõem a Economia Solidária à economia capitalista, posicionando-se contra o princípio capitalista da competição e colocando o ser humano no topo das prioridades. Podemos utilizar as palavras de Singer (2002b, p. 9) que representam o sentido

da Economia Solidária: “Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”.

---

## EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

os trabalhadores são os proprietários do negócio, é onde se pode exercer uma igualdade na tomada de decisões

---

### 1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS

Para Paul Singer (Idem) a Economia Solidária surge com os pioneiros cooperativistas ingleses do início do capitalismo industrial, no século XIX, como resposta ao desemprego e em contraposição à empresa capitalista, que tinha como finalidade o lucro e o poder de decisão concentrados em seus donos. Singer chama a atenção para os pioneiros de Rochdale, tecelões que, a partir da organização de uma cooperativa de consumo em 1844, estabelecem as bases do que seria conhecido como os princípios cooperativistas: livre adesão; controle democrático; neutralidade política e religiosa; vendas à vista, em dinheiro; devolução de excedentes; interesse limitado sobre o capital; educação contínua.

Um aspecto importante é que, se na empresa capitalista há uma segmentação entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, isso não acontece nos Empreendimentos Econômicos Solidários, nos quais se cria um tipo de empreendimento onde trabalho e capital não estão separados, onde os trabalhadores são os proprietários do negócio e onde se pode exercer uma igualdade na tomada de decisões. Esses empreendimentos passam a se organizar em inúmeros campos da economia: produção, oferta de serviços, comercialização, consumo e intermediação financeira.

Além da experiência dos pioneiros de Rochdale, podemos encontrar na história das lutas dos trabalhadores um grande número de experiências inspiradoras para a consolidação dessa outra economia, como a Comuna de Paris (1871), a Revolução dos Cravos (1974), a Revolução Espanhola (1936), o Quilombo de Palmares (1670), a República Guarani e as ligas camponesas no Brasil<sup>4</sup>. Em todos esses momentos históricos, embora de modos bastante diversos, a autogestão, princípio central da Economia Solidária, apareceu como prática dos trabalhadores, seja no modo de organização produtiva e nas instituições, seja na própria forma de organização política.

### 1.3. ORGANIZAÇÃO

A economia possui muitas dimensões e, dentro de cada uma delas, a proposta da Economia Solidária toma diferentes configurações. Didaticamente elencamos aqui quatro aspectos da economia em que há expressões da Economia Solidária, de maneira a podermos perceber a amplitude das experiências solidárias: produção e serviços; comercialização; consumo; e Finanças Solidárias.

A produção e a prestação de serviços na economia capitalista são feitas por empresas que possuem um ou mais donos e cujo objetivo é o lucro. Os trabalhadores dessas empresas vendem a sua força de trabalho e não possuem os meios de produção nem poder de decisão sobre a empresa. A produção e a prestação de serviços em Economia Solidária são feitas por Empreendimentos Econômicos Solidários, grupos autogestionados, proprietários de

<sup>4</sup> Para saber mais sobre essas experiências e sua inspiração para a Economia Solidária veja os textos de Nascimento ([http://claudioautogestao.com.br/?page\\_id=23](http://claudioautogestao.com.br/?page_id=23)), Faria (2005) e Novaes (2011).

forma coletiva dos meios de produção e com poder de decisão sobre o seu próprio negócio – não há separação entre capital e trabalho.

A comercialização na economia capitalista é organizada pelas grandes redes de mercado e tem o objetivo de gerar lucro. Já na Economia Solidária a comercialização segue os princípios do comércio justo e solidário: 1. Fortalecimento da democracia, respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural; 2. Condições justas de produção, agregação de valor e comercialização; 3. apoio ao desenvolvimento local em direção à sustentabilidade; 4. Respeito ao meio ambiente; 5. Respeito à diversidade e garantia de equidade e não discriminação; 6. Informação ao consumidor; 7. Integração dos elos da cadeia.

Enquanto o consumo na economia capitalista se dá de forma individual, na Economia Solidária é incentivado o consumo coletivo, que pode se dar, por exemplo, por meio de cooperativas de consumo, empreendimentos onde os consumidores, ao se unirem, podem ter acesso a produtos de melhor qualidade, com um preço acessível, e eliminar intermediários (o que também trará maior ganho ao produtor).

Por fim existe o que chamamos de Finanças Solidárias. As finanças na economia capitalista, do mesmo modo que os outros aspectos econômicos elencados acima, objetivam gerar lucro e não têm a mínima preocupação de proporcionar bem-estar ao ser humano. Ao contrário disso, as Finanças Solidárias buscam, a partir da rearticulação das ferramentas financeiras a seus territórios, um tipo de relação com o dinheiro que possibilite um desenvolvimento localizado correspondente às dinâmicas dos empreendimentos apoiados



*Encontro dos bancos comunitários do sudeste*

Foto: Alexandre Gonçalves

11

por ela. Um desenvolvimento que se atente ao “acontecer solidário” que existe dentro do lugar; ainda que não exista um projeto comum, que parta das tarefas comuns que são realizadas no local (SANTOS, 2008).

No Brasil, a constituição desse campo que hoje chamamos de Economia Solidária foi possível pela articulação de inúmeras formas de ação no campo econômico. Seguindo os passos de Singer (2002a) podemos perceber nas empresas recuperadas por trabalhadores uma das primeiras forças da Economia Solidária. Essas empresas, que ao entrar em um processo de falência passam a ser autogeridas por seus trabalhadores, surgem no Brasil na década de 1980, e atingem expressão na década seguinte, como podemos ver pela criação de uma associação nacional desses trabalhadores, a Anteag<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Sobre as empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil veja o estudo realizado pelas universidades Unicamp, UFRJ, USP, UFOP, Cefet-RJ/UNED Nova Iguaçu, UFSC, Unesp Marília, UFPB, UFRN, UFVJM (Henriques et al., 2013).

Há também os sindicatos operários, que enxergaram na Economia Solidária um modo de lutar pela autonomia dos trabalhadores, como mostra a criação da central de cooperativas e Empreendimentos Solidários Unisol, em 2000, a partir do apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba e do Sindicato dos Químicos do ABC. Movimento também realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, também em 2000, cria a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), com o objetivo de estabelecer um diálogo do campo sindical com a Economia Solidária.

No campo podemos ver na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a criação de cooperativas rurais para organizar o trabalho dos assentados, na perspectiva da Economia Solidária. O movimento criará, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab), que congregará essas cooperativas.

Entidades ligadas à Igreja católica, cujo exemplo brasileiro mais contundente é a Cáritas, também estão entre as expressões da Economia Solidária no campo de desenvolvimento de trabalho e renda. A Cáritas, por exemplo, desde a década de 1980 tem uma relação importante com os movimentos sociais, bem como atua na construção das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Já na década de 1990 a Cáritas articula os Projetos Alternativos Comunitários, que serão referência para a Economia Solidária.

Por fim, podemos ver a Economia Solidária se desenvolvendo dentro das universidades, em ações de extensão universitária a partir da criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que visam aliar os conhecimentos universitários às necessidades desses novos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Cada um desses atores contribui com o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil a partir da especificidade de suas histórias e lutas. A diversidade será um dos aspectos centrais da Economia Solidária, buscando ampliar a pauta do trabalho associado, em suas múltiplas facetas.

Vamos agora nos aprofundar em uma dessas facetas, as Finanças Solidárias. Para isso primeiro traremos uma discussão sobre os movimentos sociais e as Finanças Solidárias, pontuando alguns aspectos das expressões que fazem parte da história das Finanças Solidárias: os Fundos Solidários, as Cooperativas de Crédito Solidário, os clubes de trocas e os Bancos Comunitários de desenvolvimento. Em seguida faremos alguns comentários sobre a ideia de complementariedade das experiências de Finanças Solidárias, o que nos levará à aproximação de definições de Finanças Solidárias e às tensões nas quais ela está imersa.

## 2. Os movimentos sociais e as Finanças Solidárias

No Brasil, a partir dos anos 1970 se articulam os chamados novos movimentos sociais, como define Sader (1988). Diferentes dos movimentos sociais tradicionais, esses novos movimentos agora se criavam a partir de questões como moradia, infraestrutura e saúde, rompendo ainda com o modo de organização tradicional. Esses movimentos serão parte fundamental do processo de democratização brasileira. Para Sader (1988, p. 197-198) “(...) o que talvez seja um elemento significativo que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão singulares”. Desse modo, diferente dos movimentos sociais tradicionais, não havia para esses novos movimentos uma ideia totalizante que sintetizasse suas reivindicações em algo maior, de modo que sua luta, circunscrita, tivesse que depender de uma luta maior, empreendida, por exemplo, pelos partidos. Emergem, portanto, não apenas novos temas, mas modos de organização de lutas diversos daqueles tradicionais; a identidade singular desses movimentos adquiria um sentido de manifestação da diversidade das lutas. O tema da autonomia, como ainda nos lembra Sader, (idem, p. 199) foi relevante nesses novos movimentos, pois eles “(...) tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos”.

É junto a essas lutas que as iniciativas de Finanças Solidárias vão se criando e se fortalecendo. Falaremos, ainda que brevemente, dessas experiências em quatro expressões: os clubes de trocas, as Cooperativas de Crédito Solidário, os Fundos Solidários e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Embora tenham tido desenvolvimentos diferentes, e cada um deles possua especificidades de atuação, há características comuns que nos permitem dizer que são experiências de Finanças Solidárias, partilhando dos princípios da Economia Solidária.

## 2.1 FUNDOS SOLIDÁRIOS

A década de 1980 foi um período especial para a constituição dos chamados Fundos Solidários; embora tenham uma história longa, é nesse momento que a ideia passa a ganhar força junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias ligadas às diversas igrejas. Essa ideia passa a ser praticada junto às atividades das pastorais sociais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que desde os anos 1970 propunham alternativas de desenvolvimento comunitário.

Muitas entidades contribuíram para a consolidação da prática de Fundos Solidários, como o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceres), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e o Serviço de Análise e Assessoria de Projetos (Fase/Saap). Porém, é importante desatacar o trabalho desenvolvido pela Cáritas brasileira, que começa a apoiar os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), pequenas iniciativas produtivas de desenvolvimento e de infraestrutura comunitária, financiadas com recursos vindos de cooperação internacional e executadas por famílias e grupos na própria comunidade. Essas experiências, que se iniciam no Nordeste brasileiro, em pouco tempo se espalham também pelo Sul do Brasil. Para termos ideia da dimensão desse trabalho, a Cáritas brasileira financiou mais de mil PACs entre 1984 e 1992.

Na década de 1990 os Fundos Solidários passam por uma reestruturação, pois os organismos de cooperação internacional começam a estabelecer regras de devolução monetária dos beneficiários para as entidades comunitárias, buscando um mecanismo que permitisse a constituição de fundos que pudessem continuamente retornar para as comunidades. A metodologia dos Fundos Solidários tem um papel importante na consolidação dessa perspectiva.

É nessa mesma década que outras entidades passam a trabalhar com Fundos Solidários, como a Pastoral da Criança, o Instituto Marista de Solidariedade, Obras Kolping, Camp/Fundo Sul, IECLB/Fundação Luterana de Diaconia etc. Para se ter ideia da dimensão da entrada dessas novas entidades, só a Pastoral da Criança apoiou mais de mil projetos produtivos (13 mil famílias) entre os anos de 1989 e 2006.

*A partir dos anos 1970 os novos movimentos se criavam em torno de questões como moradia, infraestrutura e saúde, rompendo ainda com o modo de organização tradicional.*



*Lançamento do Projeto Fundos Solidários da Região Centro-Oeste, Brasília/DF (maio de 2014)*

*Foto: Acervo Centro de Estudos e Assessoria*

15

Outra experiência muito importante, inclusive para se ter a dimensão da amplitude do trabalho dos Fundos Solidários, são os Fundos Solidários constituídos pela Articulação do Semiárido (ASA), em Soledade-PB. Essa experiência, que contribuía na construção de cisternas no semiárido, chegou a ter quase 2 mil fundos em 140 municípios, com 18 mil famílias beneficiadas. Outros dois marcos para os fundos, na mesma década, são: o apoio a projetos de fundos pela Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, em 1994; e a Campanha da Fraternidade da CNBB, em 1999.

Nos anos 2000, além da continuidade de ações relacionadas aos Fundos Solidários por parte de muitas dessas entidades, há parcerias importantes com o poder público, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

*(...) por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, Banco do Nordeste do Brasil – BNB,*

*Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, ASA e Mutirão para superar a Fome da CNBB já estão coordenando uma experiência de apoio a projetos no Nordeste, o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS. Os proponentes são entidades da sociedade civil credenciadas e com experiência na gestão de fundos solidários. Esta iniciativa contou, em 2005, com recursos da ordem de R\$ 600.000; para 2006 R\$ 1,2 milhão e, em 2007 foram aplicados R\$ 3 milhões, com a mesma finalidade; são financiamentos não retornáveis que têm o BNB como financiador de parcela dos mesmos. Até 2008, foram selecionados 50 projetos pilotos de fundos rotativos solidários, que receberam aportes de recursos de até R\$ 120.000,00<sup>6</sup>.*

Nesse sentido é importante ressaltar a chamada pública da Senaes, em 2010, para a implantação e consolidação de Fundos Solidários e Bancos Comunitários de Desenvolvimento; foram destinados aos Fundos Solidários 4 milhões

<sup>6</sup> Fundos Solidários: Por uma política de Emancipação produtiva dos Movimentos sociais. Caderno 1: Mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários. Fundação Grupo Esquel Brasil. 2008.

de reais. Alguns anos mais tarde, em 2013, a Senaes faria uma nova chamada pública, apoiando, além dos Bancos Comunitários e Fundos Solidários, as Cooperativas de Crédito Solidário. Nessa chamada foram disponibilizados 7 milhões de reais para o trabalho junto aos Fundos Solidários.

## 2.2 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO

O processo de abertura comercial e desregulamentação dos mercados na década de 1990 exigiu que as iniciativas populares criassem estratégias solidárias de geração de trabalho e renda, como resposta ao desemprego e ao aumento da informalidade. Essas iniciativas também podem ser vistas como contraponto às ações hegemônicas na inserção do Brasil no novo contexto global da financeirização da economia, que aprofundavam os problemas históricos do país, como as fortes desigualdades sociais e regionais.

Essas transformações afetaram os pequenos produtores rurais, em um contexto que se uniam a queda na renda, a falta de crédito e a forte concorrência externa. Embora o contexto não fosse favorável, a ideia associativista parece se ampliar em um processo descentralizado que poderá ser visto pela criação de cooperativas inicialmente chamadas de participativas ou alternativas, dada a diferença em relação às cooperativas de crédito tradicionais. Como nos lembra Búrigo (2006) esse processo se dará em Santa Catarina, com as Credis alternativas; no sudoeste do Paraná, com as cooperativas de crédito do Sistema Cresol; e no interior da Bahia, com a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob). Esse movimento já havia começado

no final da década de 90, como podemos ver em Magri & Corrêa "(MAGRI & CORRÊA, 2012) : "O processo organizativo da agricultura familiar para gerenciar os recursos de crédito tem origem nos Fundos Rotativos de Crédito organizados a partir de 1989 na região Centro Oeste e Sudoeste do Paraná através do movimento sindical, com apoio de entidades internacionais e ONGs locais"

Ao se chamarem de solidárias as cooperativas de crédito alternativas buscavam marcar um campo político dentro do cooperativismo de crédito e ainda definiam a especificidade do seu modo de funcionamento e gestão<sup>7</sup>. É assim que o solidário se estabelece no compromisso prático que as cooperativas possuem com seus associados, seja na sua gestão democrática, seja no compromisso com o desenvolvimento dos territórios a que estão vinculadas. Essa aliança com aqueles que normalmente estão excluídos do sistema financeiro tradicional é fundamental para os princípios que guiam as cooperativas de crédito. Essa preocupação com a comunidade onde se inserem os trabalhos da cooperativa é um dos princípios do cooperativismo desde a década de 1980; o próprio Cooperativismo de Crédito Solidário surge para buscar cumprir esse objetivo.

Há muitos elementos históricos do Cooperativismo de Crédito Solidário que podemos retomar. Inicialmente é importante termos em mente que a história das Cooperativas de Crédito Solidário dialoga com a luta pelas políticas públicas para os trabalhadores rurais. Não é à toa, como nos lembra Búrigo (2006), que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) será "(...) o produto financeiro mais almejado pelas cooperativas de crédito rural solidárias brasileiras". Esse movimento se fortalece na década de 1990, a partir da pressão do movimento sindical dos



*Agricultores constroem aquecedor solar de baixo custo por meio de capacitação da Cresol Central SC-RS*  
Foto: Vilceo Sehnem

trabalhadores rurais, com entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) e de movimentos como Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST), que se agregariam nas Jornadas Nacionais de Luta, depois chamadas Grito da Terra Brasil. A resposta às reivindicações se deu no formato de um Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, que buscou abarcar a especificidade dos pequenos agricultores<sup>8</sup>. É nesse contexto que nascem as experiências de Cooperativas de Crédito Solidário, que integrarão os sistemas daquilo hoje chamado de Cooperativismo de Crédito Solidário (Ascoob, Central Cresol Baser, Crehnor, Cresol Central e Cresol Central Sicoper).

É interessante notar que o Sistema Cresol, no Paraná, surge das experiências de Fundo de Crédito Rotativo, a partir da luta de agricultores familiares. O fundo, que data da década de 1980, era financiado pela Misereor, entidade da Igreja

católica, fruto de cooperação internacional. Outros financiamentos foram fundamentais, como o apoio da antiga ACT, atual Trias. Em 1996 surgem as primeiras cooperativas da Cresol (Dois Vizinhos, Marmeleiro, Capanema, Pinhão e Laranjeiras do Sul). Essas primeiras experiências “carregavam o propósito de fortalecimento dos projetos locais, superando o assistencialismo e desafiando as organizações a colocarem em prática, ainda que experimentalmente, as propostas e reivindicações dos movimentos sociais para organizar a produção e democratizar o crédito<sup>9</sup>”.

No Sul do país podemos ver, em 1996, o nascimento da Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda (Crehnor Sarandi), no município de Sarandi, a partir da articulação de 34 agricultores do assentamento Novo Sarandi. A experiência exitosa faz surgir outras cooperativas próximas a partir de 2000.

Ainda na mesma década, em 1999, é criada na Bahia a Associação das Cooperativas de Apoio

<sup>8</sup> Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004)

<sup>9</sup> Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza. p.13-21. Cledir A. Magri & Ciro Eduardo Corrêa (organizadores) – Passo Fundo: IFIBE, 2012.

à Economia Familiar (Ascoob), com o apoio de entidades ligadas aos movimentos sociais, como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), Associações dos Pequenos Agricultores (Apaeps), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira

para o Desenvolvimento Social (Disop Brasil).

No quadro<sup>10</sup> a seguir podemos ver, ainda que de forma simplificada, alguns aspectos interessantes sobre a formação das cooperativas de crédito.

	<b>Cresol</b>	<b>Crehnor</b>	<b>Ascoob</b>
<b>Origem social</b>	Sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos sociais (como Fetraf Sul), ONGs, grupos de igrejas e associações comunitárias.	Sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs e MST.	Sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs, grupos de igrejas e associações comunitárias.
<b>Formas de controle social (principais redes)</b>	Agentes comunitários, associações locais e regionais, ONG, movimento sindical.	MST, MAP, associações de assentados, Concrab.	Conselho da Ascoob, ONG, sindicatos, Apaeps, associações locais.
<b>Ano de abertura</b>	1995(6)	1999	1997
<b>Modelo de organização e inspiração</b>	Próprio / Coop SC.	Próprio / Cresol.	Ascoob Próprio / Bancoob.
<b>Dimensão territorial de atuação</b>	Regional (SC e RS).	Regional (PR, SC e RS).	Estadual (BA).
<b>Público prioritário</b>	Agricultores familiares.	Agricultores familiares e agricultores familiares assentados da reforma agrária.	Agricultores familiares e pequenos comerciantes.
<b>Foco da ação</b>	Rural, embora haja cooperativas que trabalhem com público urbano.	Rural.	Rural e urbano.
<b>Fontes externas de funding</b>	BB, BNDES, BRDE, bancos privados e Caixa Econômica Federal.	BB, BRDE, Banrisul.	Bancoob, cooperação internacional e governo federal.
<b>Principais apoios institucionais</b>	MDA, Cooperação internacional, ONG, sindicatos, Fetraf Sul, movimentos sociais, Unicafes, Ancosol, Confesol.	MST MDA.	Cooperação internacional MOC, Sicoob, Apaeps, Disop Brasil, MDA.

<sup>10</sup> Quadro adaptado de Búrigo. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil, quadro 1 (p. 327-328) e quadro 2 (p. 331).



*Educação financeira nas escolas (programa Poupe-poupe), Cresol Jacutinga Foto: Cresol Jacutinga*

O primeiro aspecto que nos chama a atenção é a origem das Cooperativas de Crédito Solidário a partir da articulação de movimentos sociais. Como aponta Búrigo (2006) é importante notar que “(...) as experiências das cooperativas de crédito rural solidárias brasileiras aqui reportadas nasceram de movimentos organizacionais de diferentes matizes, mas nenhuma é filha de redes informais de cunho estritamente financeiro, e nem mesmo econômico”, ou seja, são ações que provêm do campo da luta dos movimentos sociais, que surgem como forma de apoiar as suas lutas. Importante ainda notarmos que, embora essas experiências se iniciem em meados da década de 1990, são desdobramentos das lutas das décadas de 1970 e 1980, conforme já apontamos.

A proximidade dessas Cooperativas de Crédito Solidário, como podemos ver no quadro acima, seja no campo das suas origens ou ainda nas forças que as constituem, foi se fortalecendo e culminou na criação de um fórum nacional,

em 2002. Este fórum origina a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol), dois anos depois, em 2004. O fortalecimento dessa articulação fez com que em 2008 se desse um novo passo, a criação da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar e Solidária (Confesol), uma cooperativa de terceiro grau com o objetivo de agregar as centrais de Cooperativas de Crédito Solidário. Hoje estão organizadas junto a CONFESOL cinco Centrais (ASCOOB, Cresol Central, Cresol Baser, Cresol Sicoper e Crehnor), reunindo 155 cooperativas singulares e 348 postos de atendimento. Trata-se de um universo com mais de 370 mil associados, distribuídos em 18 estados<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza. p.13-21. Cledir A. Magri & Ciro Eduardo Corrêa (organizadores) – Passo Fundo: IFIBE, 2012.

## 2.3 CluBes de trocas

Outra experiência que será constituidora do que chamamos de Finanças Solidárias, embora hoje não tenha a mesma expressão que as outras, são os clubes de trocas. Sabemos que as estratégias de trocas como modo de conseguir o que se necessita para sobreviver se perdem no tempo. Particularmente nos interessa o contexto mais recente da organização desses clubes. Entre as experiências pioneiras estão os Lets (Local Exchange Trading System), iniciados por Michael Linton em Vancouver (Canadá) em 1983, e depois disseminados para países como Inglaterra, Escócia, Noruega, Finlândia, Bélgica, Holanda, França e Austrália.

Mais próxima de nós podemos assinalar a experiência argentina que se inicia em 1995, a partir da iniciativa de um clube de trocas com 23 pessoas na cidade de Bernal (Albuquerque, 2002), que se expande

20

*Nos clubes de trocas, a moeda social é utilizada num espaço e tempo definidos, ou seja, os produtores e consumidores se reúnem para trocar produtos e/ou serviços em determinado horário e local*



*Economia Solidária praticada no Clube de Trocas do CEU Casa Blanca chama atenção das crianças Foto: Leo Brito*

rapidamente. Os participantes do clube de Bernal passam a assessorar a criação de novos clubes de trocas, fazendo com que os sistemas de funcionamento, sendo idênticos, possibilitassem a interlocução entre eles e a criação da Rede de Trocas Solidárias. Nas palavras de Heloísa Primavera (idem, p. 64): “Nessa época já começavam a ser usados vales ou bônus de troca, que o grupo denominou crédito, entendendo que o principal no sistema era a confiança no outro”. Essas experiências passaram então a ter diversos apoios, inclusive de governos locais. Em 2000 o Ministério de Economia argentino declara o sistema de clubes de interesse nacional. Primavera aponta que “(...) o sistema chegou a mais de um milhão e meio de pessoas em menos de sete anos de crescimento!” (Idem).

No final da década de 1990 outros países (Uruguai, Brasil, Equador, Peru, Colômbia, Bolívia, Chile, Honduras, El Salvador, México e Canadá) conheceram e colocaram em prática essa experiência. Nas palavras de Primavera:

“Os números são eloquentes: em menos de sete anos, mais de dois milhões de pessoas envolvidas em 11 países, fabricando seu próprio dinheiro!” (Idem). O primeiro clube de troca no Brasil se inicia em 1998 na cidade de São Paulo, no bairro de Santa Terezinha. Depois surgiram experiências no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em muitos outros lugares.

Os clubes de trocas serão muito conhecidos pela utilização de moedas sociais, que também têm um papel importante na última experiência de Finanças Solidárias que queremos apresentar, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Nos clubes de trocas, a moeda social é utilizada num espaço e tempo definidos, ou seja, os produtores e consumidores se reúnem para trocar produtos e/ou serviços em determinado horário e local. Dentro da perspectiva da Economia Solidária, os clubes de trocas também permitem uma discussão crítica dos preços, pois são outros princípios que estão regendo as trocas.

## 2.4 Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), outra estratégia que utiliza as moedas sociais, têm a ampliação do seu uso, nos comércios e empreendimentos dentro de um território. Além de a moeda social estimular o consumo na própria comunidade e contribuir para manter os recursos gerados circulando internamente, ela simboliza o processo de construção da identidade comunitária em torno de uma proposta de desenvolvimento endógeno. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento define os BCDs como serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, tendo como fundamento os princípios da Economia Solidária. São criados e pertencem a uma determinada comunidade, ajudando a pôr em prática estratégias de desenvolvimento a partir dos princípios da Economia Solidária.

A metodologia dos Bancos Comunitários parte do pressuposto de que as comunidades são empobrecidas não porque as pessoas não tenham renda, mas porque a riqueza gerada por elas acaba sendo utilizada para o consumo fora da comunidade, nos centros comerciais próximos e, conseqüentemente, potencializa o lucro das grandes redes de distribuição e comercialização (Melo Neto e Magalhães, 2008). Assim, o objetivo dessa estratégia é dinamizar as economias locais e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros, como crédito, além de serviços bancários, como pagamento de contas. Ao mesmo tempo em que amplia o acesso da população pobre a esses serviços também afirma as relações de proximidade, seja entre os próprios moradores, seja entre esses e o Banco Comunitário, possibilitando a construção de outros modos de participação e ação.

Embora haja diferenças entre os Bancos Comunitários, devido às particularidades das comunidades, há ações comuns, que mostram que a sua forma de concessão de crédito não é como nas instituições financeiras tradicionais: oferta de crédito de consumo em moeda social e crédito produtivo em real; existência de um comitê de análise de crédito formado por pessoas da comunidade, trabalhadores do banco e analistas de crédito; critérios de concessão de crédito flexíveis; a não necessidade de garantias e de “nome limpo” para acesso ao crédito; análise baseada não só em critérios econômicos, mas sobretudo sociais, como consulta à vizinhança e a comércios locais; e cobrança que se utiliza do controle social e flexibilidade na negociação para o pagamento das parcelas.



*Inauguração do Banco Comunitário Estrutural, Cidade Estrutural-DF*

*Foto: Alexandre Gonçalves*

É claro que essas diretrizes devem ser analisadas de maneira articulada e enquanto processo, pois, ao serem enraizadas nas dinâmicas comunitárias locais, fica implícita a ideia de que o modelo dos BCDs não deve ser entendido como uma metodologia fechada, mas, pelo contrário, como um articulador e potencializador de ações que atenda às necessidades do território onde está situado. Ao longo dos anos, as ações vão se alterando em função das mudanças do contexto local, da economia e das parcerias estabelecidas; além disso, mudam também em função da organização da própria comunidade.

E de onde vem essa história de que hoje fazem parte mais de cem Bancos Comunitários por todo o Brasil? Essa estratégia surge na década de 1990 com o Banco Palmas, em Fortaleza, Ceará. Como nos lembra Braz (2014, p. 91),

se a história do conjunto Palmeiras, que se assemelha a muitas periferias do Brasil, "(...) é resultado da formação das grandes cidades, segundo a lógica segregadora da acumulação, com periferias inchadas e trabalhadores pobres relegados aos lugares mais distantes e invisíveis", de outro pode ser entendida como uma história de resistência.

Essa história data da década de 1970, com o deslocamento de 1.500 famílias em função da desapropriação de áreas de grande potencial especulativo nas proximidades da beira-mar e de áreas consideradas de risco. O pouco auxílio que tinham fez com que os moradores buscassem alternativas por suas próprias forças; nesse momento os trabalhos da Comunidade Eclesial de Base (CEB) foram fundamentais. Em 1981, funda-se a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – Asmocomp – como

continuidade das lutas por saneamento básico, água tratada e melhorias para o bairro; nas palavras de Joaquim: “O povo resolveu sair da submissão e se organizar depois de dez anos de dependência e assistencialismo” (MELO NETO; BODINAUX; FILHO, 1988, p. 24).

Em um momento em que as atividades da associação estavam num processo difícil, na segunda metade da década de 1990, durante o processo de entrevistas para o segundo volume do livro Memória de nossas lutas, descobriu-se que muitos moradores estavam saindo do bairro, em virtude do aumento do custo de vida depois do processo de urbanização. O problema que o bairro agora enfrentava não era mais o da estrutura, mas o da pobreza. Passaram então a buscar soluções para a geração de trabalho e renda, em um processo que envolvia toda a comunidade. O resultado foi uma proposta de desenvolvimento comunitário que articulou diversos discursos e práticas que estavam sendo difundidos em diversos países e também no Brasil, como o microcrédito, o

desenvolvimento local e o fortalecimento da economia popular e solidária.

O enfrentamento das dificuldades dos moradores para iniciar um pequeno negócio em função das restrições e burocracias dos bancos comerciais e as dificuldades dos comerciantes na comercialização dos seus produtos se concretizaram na busca pelo estímulo tanto ao consumo local como também à produção (Melo Neto; Magalhães, 2008). É assim que, em 1998, é inaugurado o Banco Palmas, com apenas 2 mil reais, concedendo cinco empréstimos para produtores locais e liberando vinte PalmaCards para os moradores usarem nos cinco comércios. Pouco depois foi fomentada e apoiada a formação de diversos Empreendimentos Econômicos Solidários, como a PalmaLimpe, a PalmaFashion, a Palmaricó e a PalmaNatus. Alguns anos mais tarde, a partir de 2003, essa experiência começaria a se ampliar, chegando, dez anos mais tarde, a mais de uma centena de Bancos Comunitários de Desenvolvimento pelo Brasil.

